



TCESP

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo



434421

CONCURSO PÚBLICO

003. PROVA OBJETIVA

AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO (DIPE)

Especialidade: **CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

(OPÇÃO: 003)

- Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 80 questões objetivas.
- Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição deste caderno.
- Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 2 horas do início da prova.
- Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova e assine o termo respectivo.
- Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto I a seguir para responder às questões de **01** a **05**:

IA e as tendências do futuro

O uso da inteligência artificial (IA) já é uma realidade em todo o mundo, provocando mudanças profundas em todos os ramos da atividade humana, incluindo os negócios. Além disso, trata-se de uma ferramenta à disposição de qualquer pessoa que possua um smartphone ou notebook.

Constatar essa realidade implica também reconhecer que nenhum exercício de futurologia conseguirá prever todas as consequências dessas mudanças. Porém, essas possibilidades têm de ser estudadas de modo a identificar tendências e preparar governos e empresas para conviver com a revolução tecnológica.

Relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), de maio de 2025, anota o seguinte: “A obtenção de taxas mais elevadas de adoção de IA pode aumentar a produtividade do trabalho e gerar outros resultados desejáveis, como menores taxas de defeitos na produção, reduzindo a necessidade de insumos materiais. As informações para políticas públicas provenientes deste e de outros estudos comparáveis provavelmente se tornarão mais importantes à medida que mais empresas buscarem se tornar usuárias ativas de IA”.

Esses temas serão debatidos no Futura Trend, evento que terá em pauta o processo acelerado de transformação digital e os impactos da inteligência artificial generativa na reconfiguração da sociedade, na educação e na economia. Será debatida, também e de forma aprofundada, a questão do letramento digital e da educação, a partir da primeira infância, para o acesso à tecnologia, o que evitará mais uma geração de excluídos da era digital, como aconteceu nos anos 1990 e início do ano 2000.

O seminário, portanto, está inserido no grande debate que hoje mobiliza países de todo o mundo para estudar as tendências que regularão a sociedade permeada pela inteligência artificial.

(Editorial, 06.08.2026. Disponível em: www.opovo.com.br. Adaptado)

01. Ao analisar a inteligência artificial no cotidiano da sociedade contemporânea, o editorial deixa claro que

- (A) a performance dela já está demonstrada, não se justificando especulações acerca de eventuais efeitos das mudanças na sociedade.
- (B) a IA é uma ferramenta indispensável e acessível, ainda que seus efeitos negativos deixem de ser combatidos pela sociedade.
- (C) as mudanças tecnológicas superaram desafios para sua implementação graças a políticas públicas eficientes para enfrentá-los.
- (D) a preparação precoce para acesso à tecnologia é matéria de discussão, à vista de sua importância para a inclusão digital.
- (E) a crítica que se faz à sua adoção em áreas sensíveis, como a educação digital, é justificada pelo risco de desinformação.

02. A construção entre parênteses que substitui o trecho destacado, em conformidade com a norma-padrão de regência e de crase, é:

- (A) ... essas possibilidades têm de ser estudadas de modo a **identificar** tendências... (reconhecer à todas as)
- (B) Constatar essa realidade **implica** (...) reconhecer que nenhum exercício de futurologia... (leva à)
- (C) ... preparar governos e empresas para **conviver com a** revolução tecnológica. (adaptar-se à)
- (D) ... ferramenta à disposição de qualquer pessoa **que possua um** smartphone... (tenha acesso à qualquer)
- (E) ... grande debate que hoje **mobiliza** países de todo o mundo para estudar as tendências... (conclama à muitos)

03. Assinale a alternativa em que o trecho entre parênteses substitui o trecho destacado, de acordo com a norma-padrão e com sentido compatível com o original.

- (A) Esses temas serão debatidos no Futura Trend, evento **que terá em pauta** o processo acelerado de transformação digital e os impactos da inteligência artificial... (em cuja pauta estarão)
- (B) As informações para políticas públicas **provenientes deste e de outros** estudos comparáveis provavelmente se tornarão mais importantes... (nas quais provieram este e outros)
- (C) ... provocando mudanças profundas em todos os ramos da atividade humana, **incluindo** os negócios. (em que abrange)
- (D) ... educação, a partir da primeira infância, para o acesso à tecnologia, **o que evitará** mais uma geração de excluídos da era digital... (a qual poupará)
- (E) ... grande debate **que hoje mobiliza países de todo o mundo** para estudar as tendências que regularão a sociedade permeada pela inteligência artificial. (cujos países de todo o mundo são mobilizados)

04. A IA é uma ferramenta acessível a _____ cidadãos que _____ de um smartphone ou um notebook. Hoje, mais de um brasileiro a _____ em seu cotidiano, e o uso irrestrito dessa tecnologia se consolidará quando se _____ as consequências de sua adoção.

De acordo com a norma-padrão de emprego dos verbos e de concordância, as lacunas devem ser preenchidas, correta e respectivamente, com:

- (A) qualquer ... dispuserem ... utiliza ... prever
- (B) qualquer ... dispuserem ... utilizam ... previr
- (C) quaisquer ... disporem ... utilizam ... previrem
- (D) quaisquer ... disporem ... utilizam ... preverem
- (E) quaisquer ... dispuserem ... utiliza ... previrem

Leia o texto II a seguir para responder às questões de **05 a 07**:

A conta que a IA não fechou

A corrida pela inteligência artificial levou muitas empresas a acreditar que seria possível substituir profissionais por tecnologia de forma rápida e com redução de custos. Contudo, a realidade começa a mostrar que essa decisão nem sempre produz os resultados esperados.

Começamos a ver as organizações recontratando funcionários que haviam sido dispensados após a adoção de sistemas de IA. O movimento, conhecido como *AI boomerang*, evidencia que eficiência não depende apenas de velocidade, mas também de conhecimento, contexto e capacidade de decisão.

A inteligência artificial é extremamente competente para automatizar tarefas repetitivas, organizar grandes volumes de dados e apoiar processos. No entanto, ainda apresenta limitações quando precisa interpretar cenários complexos, compreender nuances, lidar com situações inesperadas ou construir relações de confiança com clientes e parceiros.

O caso da Ford ilustra bem essa realidade. Após ampliar o uso da IA em determinadas operações, a empresa percebeu que a tecnologia não conseguia entregar, sozinha, o padrão de qualidade esperado e trouxe de volta especialistas técnicos para atuar em conjunto com sistemas automatizados.

(Sílvia Letícia, *Artigos*, 06.08.2026. Disponível em: www.opovo.com.br/)

05. Consta-se que os textos I e II são tematicamente vinculados. Um aspecto que se destaca no tratamento que eles dão ao tema é:

- (A) ambos os textos passam ao largo de questionamentos que possam colocar em xeque a necessidade da IA para a sociedade.
- (B) ambos os textos enfatizam a importância da aplicação da IA e reconhecem sua autossuficiência insuperável.
- (C) o texto II suscita uma discussão ausente no texto I, ao apresentar fatos que já representam restrições no uso da IA.
- (D) o texto I aponta dados de utilização da IA na formação de crianças e jovens, dados esses que são contraditados pelo texto II.
- (E) texto II aponta certo ceticismo da autora em relação à ideia, no texto I, de que o uso da IA direcionará a definição de políticas públicas.

06. A expressão destacada que, no contexto, está empregada em sentido figurado é:

- (A) A inteligência artificial é extremamente competente para automatizar **tarefas** repetitivas... (3º parágrafo)
- (B) ... ainda apresenta limitações quando precisa interpretar **cenários** complexos... (3º parágrafo)
- (C) ... **eficiência** não depende apenas de velocidade, mas também de conhecimento... (2º parágrafo)
- (D) ... essa **decisão** nem sempre produz os resultados esperados. (1º parágrafo)
- (E) ... a empresa percebeu que a tecnologia não conseguia entregar, sozinha, o **padrão** de qualidade esperado... (4º parágrafo)

07. Observe os termos em destaque nas passagens:

... eficiência não depende apenas de velocidade, **mas também** de conhecimento, contexto e capacidade de decisão. (2º parágrafo)

... a empresa percebeu que a tecnologia não conseguia entregar, sozinha, o padrão de qualidade esperado **e** trouxe de volta especialistas técnicos... (4º parágrafo)

Esses termos relacionam as afirmações em sequência, introduzindo entre elas aspectos semânticos compatíveis com as ideias, respectivamente, de

- (A) oposição e acréscimo.
- (B) restrição e efeito.
- (C) contraste e conclusão.
- (D) acréscimo e contraste.
- (E) acréscimo e consequência.

Leia o trecho da crônica “Minhas fila” a seguir para responder às questões de **08 a 12**:

A fila é um sofrimento. É mesmo? Depende de como você encara uma fila. Em primeiro lugar, você não pode levar a fila a sério. Existem filas e filas. Uma fila de banco, por exemplo, é completamente diferente de uma fila de padaria.

A pior fila, por consenso, é a fila do banco. Sim, você começa a sofrer com ela no dia anterior. Amanhã vou ter de ir ao banco. E você já dorme com aquela fila na cabeça. Sonha com ela. Ela vai até à rua. Ninguém está feliz na fila do banco, já notou? O sujeito que está ali está sofrendo. Já chega sofrendo. Ele sabe que vai sair dali um pouco mais pobre, no mínimo.

Mas o pior na fila do banco é que a gente, que está mais atrás, olha a quantidade de papelzinho que o da frente tem na mão e logo pensa: isso vai longe. E quando a menina do caixa pede licença e sai para obter uma orientação do gerente lá na outra sala? Todo mundo olha o relógio. E a inveja que a gente fica do segundo da fila? Dá vontade de matar o sujeito. E aquele que disfarça? Está só com um papelzinho na mão. Mas quando chega na vez dele, abre uma pasta. Uma pasta!

Mas toda fila tem seus encantos (basta saber curtir). Menos a fila da fome, esperando comida. Não dá para olhar para a foto (na primeira página dos jornais) daqueles brasileiros e fazer brincadeira. Aquela fila é uma coisa muito séria, gente.

(Mário Prata, *Minhas tudo*. Adaptado)

08. A leitura do relato acerca da fila de banco leva a reconhecer que o narrador

- (A) representa de forma bem-humorada sentimentos e expectativas de quem enfrenta a espera, colocando-se, com o leitor, na situação.
- (B) imagina-se no lugar de quem aguarda na fila e disfarça a insatisfação de ser obrigado a estar naquele local, esperando a fila andar.
- (C) recomenda ao leitor adotar alguns comportamentos que permitem evitar a ansiedade, tais como ficar alheio ao ambiente.
- (D) expressa, em tom irônico, como se habituar a situações que causam sofrimento antecipado, rendendo-se ao inevitável.
- (E) revela-se inconformado por ver como as pessoas são submetidas a longa espera para atendimento, mesmo pagando pelo serviço.

09. Tal como empregada no contexto, a palavra “consenso” (2º parágrafo) tem sinônimo e antônimo, respectivamente, em:

- (A) anuência e menosprezo.
- (B) conforto e desconforto.
- (C) concordância e distorção.
- (D) acordo e dissensão.
- (E) certeza e desacordo.

10. Assinale a alternativa em que a colocação dos pronomes está em conformidade com a norma-padrão.

- (A) Em primeiro lugar, você não pode levar a fila a sério. Nunca pode-se mesmo levar uma fila a sério.
- (B) Amanhã vou ter de ir ao banco; infelizmente sujeitei-me a essa tortura inevitável.
- (C) O sujeito tinha só um papelzinho na mão, mas tinha enganado-nos e abriu uma pasta.
- (D) E quando a moça do caixa sai de fininho e vai afastando-se para outra sala?
- (E) Me dá vontade de matar o sujeito, dá vontade de esmagá-lo ali mesmo.

11. Considere as passagens a seguir:

- E aquele que disfarça? Está **só** com um papelzinho na mão... (3º parágrafo)
- **Mas toda** fila tem seus encantos (basta saber curtir). **Menos** a fila da fome, esperando comida. (4º parágrafo)

Os termos destacados podem ser substituídos, correta e respectivamente, por:

- (A) somente ... Portanto, a ... Salvo
- (B) sozinho ... No entanto, cada ... Não muito
- (C) apenas ... Entretanto qualquer ... Exceto
- (D) unicamente ... Pois uma ... Tirante
- (E) isolado ... Além disso, seja qual for a ... Afora

12. A alternativa redigida de acordo com a norma-padrão de concordância verbal e de pontuação é:

- (A) Já não basta: as horas de espera, na fila do banco, e ainda, é necessário a apresentação de documento!
- (B) Com a demora do atendente, as pessoas que havia na fila do banco se cansaram, e a maior parte delas protestou.
- (C) Ultimamente, eu me pergunto se não se vê mais filas de banco será porque nem existe mais agências bancárias?
- (D) Não se enfrenta filas, com mau-humor, e o sujeito que as levam a sério acabam sofrendo.
- (E) Filas, é um sofrimento e sempre podem haver filas e filas, para cada um de nós enfrentarmos no dia a dia.

13. Considere a afirmação: "Todos os funcionários fizeram o treinamento e pelo menos um deles fez o treinamento de maneira remota".

Uma negação dessa afirmação é equivalente a:

- (A) nenhum funcionário fez o treinamento ou pelo menos um funcionário fez o treinamento de maneira remota.
 - (B) pelo menos um funcionário não fez o treinamento e apenas um funcionário fez o treinamento de maneira remota.
 - (C) algum funcionário não fez o treinamento ou nenhum funcionário fez o treinamento de maneira remota.
 - (D) nenhum funcionário fez o treinamento ou todos os funcionários fizeram o treinamento de maneira remota.
 - (E) pelo menos um funcionário não fez o treinamento ou todos os funcionários fizeram o treinamento de maneira remota.
14. Marina decidiu que em sua festa haverá, no máximo, 4 tipos de doces. Para ajudar em sua decisão, ela selecionou os 5 doces que mais gosta e depois escreveu 4 afirmações que precisam ser todas verdadeiras:
- Se tiver cajuzinho, então não haverá quindim.
 - Haverá brigadeiro ou churros, mas não ambos.
 - Haverá quindim se e somente se não houver churros.
 - Se houver pudim, então haverá cajuzinho ou não haverá brigadeiro.

Em seguida, Marina decidiu que haverá brigadeiro, portanto, os únicos tipos de doce em sua festa serão

- (A) brigadeiro e quindim.
- (B) brigadeiro e cajuzinho.
- (C) brigadeiro e churros.
- (D) brigadeiro, quindim e cajuzinho.
- (E) brigadeiro, pudim e cajuzinho.

15. Considere o padrão de formação da sequência ilimitada:

1, 0, 1, 2, 0, 0, 1, 2, 3, 0, 0, 0, 1, 2, 3, 4, 0, 0, 0, 0, 1, 2, 3, 4, 5, 0, 0, 0, 0, 0, ...

Nessa sequência, a 1ª ocorrência do termo 0 (zero) ocorre na 2ª posição e a 1.000ª ocorrência do termo 0 (zero) ocorre na

- (A) 3.150ª posição.
- (B) 2.955ª posição.
- (C) 2.450ª posição.
- (D) 1.995ª posição.
- (E) 2.035ª posição.

16. Seis irmãos nasceram, respectivamente, nos anos de 1990, 1992, 1994, 1996, 1998 e 2000.

Considere as seguintes afirmações proferidas por eles:

Abel: eu sou o mais novo entre os irmãos.

Abel: Denis não é o mais velho entre os irmãos.

Beto: Eder é mais novo do que Fábio

Caio: Denis é o terceiro mais velho.

Denis: eu sou mais velho do que Beto.

Denis: eu não nasci em 2000.

Eder: Caio é um dos dois irmãos mais velhos.

Fábio: Beto nasceu em 1998.

Apenas três desses irmãos fizeram afirmações verdadeiras. Entre os três irmãos que mentiram em suas afirmações, dois são os mais velhos entre todos.

Os irmãos que nasceram em 1992 e 1996 foram, não necessariamente nessa ordem,

- (A) Abel e Denis.
- (B) Beto e Fábio.
- (C) Caio e Denis.
- (D) Eder e Fábio.
- (E) Caio e Eder.

R A S C U N H O

17. Mário Mariano é servidor público vinculado ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e encontra-se licenciado do cargo para tratar de assuntos particulares. Durante o período de licença, Mário tem oferecido, por meio de plataformas digitais, serviços de “mentoria” na área de contratações públicas e utilizado suas redes sociais para tecer comentários depreciativos sobre precedentes da Corte.

Após ser alertado de que suas condutas poderiam ser questionadas à luz do Código de Conduta Ética do TCE/SP, o servidor afirmou acreditar que não estaria praticando qualquer ato ilícito. Ainda assim, para sanar eventuais dúvidas, decidiu formular consulta à Presidência do TCE/SP, a fim de esclarecer se sua conduta é compatível com as normas éticas aplicáveis.

Com base na situação hipotética e no disposto no Código de Conduta Ética do TCE/SP, é correto afirmar que

- (A) Mário Mariano não pode ser responsabilizado, pois o Código de Conduta Ética não se aplica a atos que não estejam relacionados ao exercício de suas atribuições funcionais.
- (B) o Código de Conduta Ética não se aplica aos servidores licenciados, motivo pelo qual não houve a prática de ato ilícito.
- (C) o servidor somente poderá ser responsabilizado por opiniões depreciativas caso se identifique, na publicação, como servidor do TCE/SP.
- (D) a autoridade competente para responder à consulta é a Comissão de Ética do TCE/SP, órgão colegiado vinculado ao Gabinete da Presidência, que tem natureza pedagógica, consultiva e deliberativa.
- (E) cabe à Presidência disciplinar a aplicação do Código de Conduta Ética e, conseqüentemente, responder à consulta.

18. Equipe técnica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE/SP), durante auditoria realizada em autarquia estadual, identificou a ocorrência de fraudes relacionadas à celebração e à execução de contratos administrativos, que resultaram em elevados prejuízos para a Administração Pública.

Diante da gravidade das irregularidades constatadas, a equipe técnica, em reunião com agentes públicos vinculados à autarquia, formulou questionamentos acerca da implantação e do funcionamento do programa de integridade na entidade. As respostas apresentadas revelaram, contudo, que os agentes desconheciam as disposições do Decreto Estadual nº 67.683/2023.

Com base na situação hipotética e no disposto no referido Decreto, é correto afirmar:

- (A) cabe à Controladoria Geral do Estado a orientação e a supervisão técnica para a elaboração e execução dos programas de integridade, sem prejuízo da subordinação hierárquica ou vinculação administrativa.
- (B) o Decreto ordena que todas as empresas que contratem com a Administração Pública estadual possuam programas de integridade em funcionamento, a serem fiscalizados pela Controladoria Geral do Estado.
- (C) o plano é implantado e fiscalizado pela Controladoria Geral do Estado, a quem cabe sanar eventuais dúvidas envolvendo o tema.
- (D) o plano deve ser criado pela entidade e deve ter como eixo, dentre outros, o comprometimento da alta administração do órgão ou entidade, a instituição de instância responsável por sua implantação e gestão e a gestão de riscos à integridade.
- (E) compete ao Secretário titular da Pasta a que está vinculada a autarquia indicar o titular da Unidade de Gestão de Integridade, a quem cabe coordenar a elaboração, a execução, a comunicação, a implantação e o monitoramento do programa de integridade.

19. O Tribunal de Contas do Estado do Estado de São Paulo recebeu, para apreciação, as contas anuais prestadas pelo prefeito do Município Y, relativas ao último exercício financeiro. Durante a instrução, a unidade técnica identificou preliminarmente irregularidades relevantes na execução orçamentária e na aplicação dos recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino. Concluída a instrução, surgiu divergência interna quanto ao órgão competente para deliberar sobre o processo, bem como sobre o rito que deve ser seguido no procedimento de emissão do parecer prévio.

Com base na situação hipotética e no Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Estado de São Paulo, é correto afirmar que

- (A) nos processos desta natureza não são admitidas decisões monocráticas que suspendam a sua análise ou ordenem a adoção de diligências complementares.
- (B) a competência para a emissão do parecer prévio é privativa do Plenário.
- (C) os processos de emissão de parecer prévio são distribuídos automaticamente para a Presidência, que poderá redistribuí-los, de acordo com ato interno.
- (D) cabe ao juiz singular emitir parecer prévio sobre as contas do prefeito, admitida a possibilidade de interposição de embargos de declaração e recurso de revisão para a Câmara, nas hipóteses previstas no Regimento Interno.
- (E) compete privativamente às Câmaras emitir parecer prévio, que será passível de pedido de reexame, formulado uma única vez e com efeito suspensivo.

20. Considere que o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo recebeu denúncia acerca de possíveis irregularidades em procedimento licitatório promovido pelo Município X para a contratação de empresa destinada à prestação dos serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos domiciliares. Segundo o denunciante, determinadas exigências do instrumento convocatório teriam sido estabelecidas com o objetivo de direcionar a contratação em favor de empresa específica.

A denúncia sustenta, ainda, que a empresa supostamente beneficiada pertence a empresário que teria realizado expressivas doações não contabilizadas à campanha eleitoral do atual chefe do Poder Executivo municipal e que o favorecimento na licitação, inclusive mediante contratação por valores superiores aos praticados no mercado, constituiria contrapartida ao apoio financeiro anteriormente prestado.

Com base na situação hipotética, no disposto na Lei Complementar Estadual nº 709/1993 e no Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, assinale a alternativa correta.

- (A) A denúncia, para ser recebida, precisa conter, além do relato do ilícito, o nome legível, a qualificação e o endereço do denunciante e estar acompanhada de prova ou indício concernente ao fato denunciado.
- (B) O relator poderá, após recebida a denúncia, decretar a suspensão liminar do procedimento licitatório, estando a decisão sujeita a referendo do Plenário.
- (C) A denúncia pode ser apresentada de forma anônima, cabendo ao relator do processo avaliar se deve ou não ser recebida, de acordo com a natureza das circunstâncias reveladas na sua apresentação.
- (D) A denúncia não pode ser autuada em caráter sigiloso, salvo em situações em que seja necessária a preservação da intimidade dos envolvidos ou de interesse público, especificadas em lei.
- (E) A denúncia pode ser apresentada por pessoa jurídica desde que, com base na situação narrada, ela não seja utilizada para atender interesse subjetivo próprio.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Sobre os axiomas da teoria da escolha do consumidor e as propriedades das curvas de indiferença, assinale a alternativa correta.

- (A) O axioma da transitividade estabelece que, para quaisquer duas cestas de consumo A e B, o consumidor é sempre capaz de compará-las e decidir se prefere A a B, B a A ou se é indiferente entre elas.
- (B) A propriedade da monotonicidade estrita implica que as curvas de indiferença devem ter inclinação positiva no plano de bens.
- (C) Sob preferências monotônicas, completas e transitivas, curvas de indiferença distintas não podem se cruzar.
- (D) Se as preferências do consumidor forem estritamente convexas e contínuas, a escolha ótima do consumidor sob uma restrição orçamentária linear resultará necessariamente em uma solução de canto.
- (E) A aplicação de uma transformação monotônica crescente a uma função de utilidade altera a ordenação das preferências do consumidor e modifica a escolha da cesta ótima.

22. Um consumidor possui função de utilidade dada por $U(x, y) = xy$, em que x e y representam as quantidades consumidas de dois bens. O preço do bem x é igual a 2 reais, o preço do bem y é igual a 4 reais, e a renda total do consumidor é de 100 reais.

Com base nessas informações, assinale a alternativa correta.

- (A) O consumidor destinará três quartas partes da sua renda ao consumo do bem x por apresentar menor preço nominal.
- (B) A quantidade ótima consumida do bem x é igual a 25 unidades e a do bem y é igual a 12,5 unidades.
- (C) A demanda do bem x é inversamente proporcional à renda do consumidor.
- (D) Um aumento na renda do consumidor provocará uma redução na quantidade demandada do bem y.
- (E) No ponto de consumo ótimo, o consumidor destinará integralmente sua renda à aquisição do bem x, por apresentar menor preço unitário.

23. Considerando a decomposição da variação na quantidade demandada de um bem diante de uma alteração no seu preço em efeito substituição e efeito renda, assinale a alternativa correta.

- (A) O efeito substituição mede a mudança no consumo decorrente exclusivamente da alteração nos preços relativos dos bens.
- (B) Para um bem inferior, o efeito renda atua no mesmo sentido do efeito substituição, reforçando a redução da quantidade demandada quando o preço do bem aumenta.
- (C) Um bem de Giffen é um caso particular de bem normal em que o efeito renda supera em magnitude o efeito substituição, gerando uma curva de demanda com inclinação positiva.
- (D) Segundo a decomposição de Hicks, a compensação de renda necessária após um aumento de preço ajusta o orçamento do consumidor para que ele consiga adquirir exatamente a cesta de consumo original.
- (E) Se o preço de um bem normal diminui, o efeito substituição reduz a quantidade demandada desse bem, enquanto o efeito renda eleva o seu consumo total.

24. Um estudante apaixonado por cinema possui um orçamento mensal de 100 reais para gastar exclusivamente com ingressos de cinema, representados pela variável x, e pacotes de pipoca, representados pela variável y. Suas preferências são tais que ele sempre consome exatamente dois pacotes de pipoca para cada ingresso de cinema adquirido, de modo que sua função de utilidade é dada por $U(x, y) = \min \{2x, y\}$. Sabendo que o preço de cada ingresso de cinema é 10 reais e o preço de cada pacote de pipoca é 5 reais, assinale a alternativa correta.

- (A) Se o preço do pacote de pipoca cair para 2,50 reais, o estudante aumentará apenas o consumo de pipoca, mantendo inalterada a quantidade de ingressos de cinema.
- (B) A redução no preço do ingresso de cinema altera a proporção ótima entre ingressos e pacotes de pipoca consumidos pelo estudante.
- (C) A taxa marginal de substituição entre ingressos e pipocas é constante e igual a 2 ao longo de toda a curva de indiferença.
- (D) Um aumento da renda altera a proporção ótima entre ingressos e pacotes de pipoca escolhida pelo estudante.
- (E) A escolha ótima do estudante consiste em comprar 5 ingressos de cinema e 10 pacotes de pipoca, esgotando integralmente a sua renda disponível.

25. Considere um consumidor cujas preferências sobre os bens x e y são representadas por uma função de utilidade Cobb-Douglas do tipo: $U(x, y) = x^{1/2}y^{1/2}$. Sejam P_x o preço do bem x , P_y o preço do bem y e R a renda nominal do consumidor, com $P_x > 0$, $P_y > 0$ e $R > 0$.

Diante das propriedades do equilíbrio do consumidor e de alterações nesses parâmetros, assinale a alternativa correta.

- (A) A curva de Engel para o bem x é não linear em relação à renda R , indicando que a proporção da renda gasta com o bem x diminui à medida que a renda aumenta.
- (B) Um aumento de 20% no preço do bem x reduz a quantidade demandada de x em 20% e reduz a quantidade demandada do bem y na mesma proporção.
- (C) Diante de uma elevação no preço do bem x , o efeito substituição de Slutsky para o bem x é estritamente positivo, o que compensa parcialmente o efeito renda.
- (D) A elasticidade-preço cruzada da demanda pelo bem y em relação ao preço do bem x é igual a zero, o que indica que os bens são independentes em termos de demanda bruta.
- (E) Se a renda R e os preços P_x e P_y dobrarem simultaneamente, as quantidades consumidas no novo equilíbrio de mercado aumentarão na mesma proporção, pois as demandas marshallianas são homogêneas de grau um em preços e renda.

26. A derivação da curva de demanda individual por meio da Teoria do Consumidor fundamenta-se na análise das escolhas ótimas sob diferentes níveis de preços de um bem, mantendo-se constantes a renda nominal e os preços dos demais bens.

A respeito da curva de preço-consumo e do processo de obtenção da curva de demanda marshalliana, assinale a alternativa correta.

- (A) A curva de demanda marshalliana individual relaciona o preço de um bem e sua quantidade demandada, sendo derivada diretamente a partir dos deslocamentos paralelos da reta orçamentária provocados por mudanças no poder de compra do consumidor.
- (B) A curva de preço-consumo representa o conjunto das cestas ótimas escolhidas pelo consumidor quando varia apenas o preço de um dos bens, mantendo-se constantes a renda nominal e os preços dos demais bens.
- (C) A curva de preço-consumo representa o lugar geométrico de todos os pontos de equilíbrio do consumidor que se alteram em resposta a variações na renda nominal do consumidor, servindo de base direta para a construção da curva de Engel.
- (D) Quando o preço do bem x diminui, a reta de restrição orçamentária gira para dentro em torno do intercepto vertical, reduzindo o conjunto de possibilidades de consumo e deslocando a curva de demanda individual para a esquerda.
- (E) A lei da demanda garante que a inclinação da curva de demanda marshalliana é estritamente negativa para todos os tipos de bens, pois o efeito substituição e o efeito renda atuam sempre na mesma direção diante de uma variação no preço do bem.

27. Uma firma produz um bem q utilizando dois fatores de produção flexíveis, trabalho (L) e capital (K), cujos preços unitários no mercado de insumos são $w > 0$ e $r > 0$, respectivamente. A tecnologia da firma é representada por uma função de produção diferenciável e bem-comportada, $q = f(L, K)$.

A respeito das isoquantas, das retas de isocusto e da escolha ótima dos fatores de produção, assinale a alternativa correta.

- (A) A linha de isocusto representa todas as combinações de trabalho e capital que geram exatamente o mesmo nível de produção física q para a firma.
- (B) Se o salário (w) aumentar mantendo-se o preço do capital (r) e o custo total constantes, a reta de isocusto gira para fora sobre o eixo do trabalho L , expandindo o conjunto de combinações de insumos acessíveis para a firma.
- (C) Em uma solução interior de minimização de custos, a Taxa Marginal de Substituição Técnica é igual à razão entre os preços dos fatores.
- (D) A Taxa Marginal de Substituição Técnica de Trabalho por Capital mede a taxa à qual o capital pode ser substituído por trabalho, mantendo-se o custo total constante, e é graficamente igual à inclinação da reta de isocusto.
- (E) A isoquanta de uma tecnologia do tipo Leontief apresenta formato convexo em relação à origem com Taxa Marginal de Substituição Técnica estritamente decrescente em todos os seus pontos.

28. Considere duas firmas, Alfa e Beta, operando em um mercado competitivo de insumos e utilizando trabalho ($L > 0$) e capital ($K > 0$) como fatores de produção. Na firma Alfa, o processo produtivo utiliza trabalho e capital em proporções fixas, exigindo 2 unidades de trabalho e 3 unidades de capital para cada unidade produzida. O aumento isolado do insumo que estiver em excesso, mantida constante a quantidade do insumo limitante, não eleva a produção. Já na firma Beta, a tecnologia de produção é representada pela função: $Q(K, L) = A K \ln(L)$, em que $A > 0$ é uma constante de produtividade e $L > 1$.

Com base nas propriedades tecnológicas e nos rendimentos de escala dessas firmas, assinale a alternativa correta.

- (A) A firma Alfa possui isoquantas em formato de L (ângulo reto) e apresenta rendimentos constantes de escala, de modo que $f(\lambda L, \lambda K) = \lambda f(L, K)$, para todo $\lambda > 0$.
- (B) A Taxa Marginal de Substituição Técnica da firma Beta depende exclusivamente da razão K/L , caracterizando uma função de produção Cobb-Douglas.
- (C) A tecnologia da Firma Alfa é representada por uma função de substitutos perfeitos e apresenta rendimentos crescentes de escala.
- (D) Se ambas as firmas duplicarem simultaneamente as quantidades de trabalho e capital utilizadas, ambas apresentarão rendimentos constantes de escala.
- (E) A tecnologia da Firma Beta apresenta retornos constantes de escala, pois a duplicação simultânea dos insumos sempre duplica exatamente a produção.

29. Considere uma firma atuando em um mercado perfeitamente competitivo de um bem q , com função de custo total de curto prazo $CT(q) = CF + CV(q)$, em que CF representa o custo fixo e $CV(q)$ o custo variável. Se p é o preço de mercado, $CMe(q)$ é o custo médio, $CVMe(q)$ é o custo variável médio e $CMg(q)$ é o custo marginal, assinale a alternativa correta sobre a derivação, a elasticidade e os deslocamentos da curva de oferta.
- (A) No longo prazo, a firma competitiva apresentará uma curva de oferta positiva sempre que o preço de mercado superar o ponto de mínimo do custo variável médio, independentemente do nível do custo médio total.
- (B) Para qualquer curva de oferta linear representada pela equação $q = -a + b \cdot p$ (com $a > 0$ e $b > 0$), a elasticidade-preço da oferta é estritamente menor do que um para todos os níveis positivos de preço e quantidade.
- (C) A curva de oferta de curto prazo da firma perfeitamente competitiva corresponde ao trecho crescente da curva de custo marginal situado acima do valor mínimo do custo variável médio.
- (D) Se a curva de oferta de um mercado é linear e passa rigorosamente pela origem, com equação $q = b \cdot p$ (com $b > 0$), a sua elasticidade-preço da oferta aumenta continuamente à medida que o preço do bem se eleva.
- (E) A elevação no preço de um insumo variável utilizado na produção reduz a curva de custo marginal da firma, provocando um deslocamento da curva de oferta para a direita.
30. Considere uma firma perfeitamente competitiva operando no curto prazo com uma função de custo total dada por $CT(q) = CF + CV(q)$, em que $CF > 0$ representa o custo fixo afundado e $CV(q)$ é o custo variável estritamente convexo e duas vezes diferenciável, com $CV(0) = 0$. Seja $p > 0$ o preço dado do bem no mercado. A firma busca maximizar o seu lucro de curto prazo operando sob a condição de não encerramento das atividades (*shutdown condition*).
- Com base nas condições de primeira e segunda ordem e na estrutura de custos, assinale a alternativa correta.
- (A) No ponto de encerramento de curto prazo (*shutdown point*), a curva de custo marginal intercepta a curva de custo médio total em seu ponto de mínimo, determinando o preço crítico abaixo do qual a firma tem prejuízo operacional.
- (B) A curva de oferta de curto prazo do mercado é obtida pela soma vertical das curvas de oferta individuais das firmas atuantes, resultando em uma curva de oferta com inclinação negativa devido à lei dos rendimentos marginais decrescentes.
- (C) A condição de primeira ordem $p = CMg(q)$ é suficiente para garantir a maximização do lucro, mesmo que o custo marginal seja decrescente no ponto de operação, pois a firma atua como tomadora de preços.
- (D) Se o preço de mercado p for inferior ao valor mínimo da curva de Custo Médio Total ($CMeT$), a firma encerra imediatamente as suas operações no curto prazo e produz $q = 0$, pois a receita total não cobre os custos fixos.
- (E) Para preços superiores ao mínimo do custo variável médio, a oferta de curto prazo da firma é determinada pela igualdade entre preço e custo marginal; para preços inferiores a esse mínimo, a firma oferta quantidade zero.
31. Considere as seguintes informações agregadas, extraídas do sistema de contas nacionais de uma economia hipotética em um determinado período (valores em unidades monetárias):
- Consumo final das famílias (C): 520
 Formação bruta de capital (investimento bruto) (I): 200
 Consumo final do governo (G): 250
 Importações de bens e serviços (M): 250
 Renda líquida enviada ao exterior (RLEE): 40
 Transferências correntes líquidas: 0
- Sabe-se, adicionalmente, que as exportações de bens e serviços (X) dessa economia correspondem a exatamente 10% do seu Produto Interno Bruto (PIB). Assuma que a variação dos estoques é nula. Com base estritamente nos conceitos de contabilidade social, o valor da Poupança Externa é
- (A) 130.
 (B) 170.
 (C) -130.
 (D) 210.
 (E) -210.

- 32.** No âmbito das Contas Nacionais, a mensuração dos grandes agregados macroeconômicos fundamenta-se em identidades contábeis que registram o fluxo de produção, renda e despesa. A respeito da conceituação e das derivações que interligam esses agregados, assinale a alternativa correta.
- (A) A Renda Nacional Líquida a custo de fatores equivale ao Produto Interno Bruto a preços de mercado deduzido do saldo comercial de bens e serviços mantido com o exterior.
- (B) A Renda Nacional Disponível Bruta é obtida somando-se ao Produto Nacional Bruto a preços de mercado o saldo líquido das transferências correntes recebidas do resto do mundo.
- (C) O Produto Interno Bruto a preços de mercado difere do Produto Interno Líquido a preços de mercado pelo montante correspondente aos impostos indiretos líquidos de subsídios.
- (D) O Produto Interno Bruto avaliado a custo de fatores supera o avaliado a preços de mercado quando o montante de impostos indiretos é superior ao total de subsídios concedidos pelo governo.
- (E) A transição do Produto Interno Bruto a preços de mercado para o Produto Nacional Bruto a preços de mercado é realizada adicionando-se o consumo de capital fixo apurado no período.
- 33.** No âmbito da teoria dos números-índices aplicada à mensuração de agregados econômicos, os índices de preços e de quantidades desenvolvidos por Laspeyres e Paasche possuem propriedades algébricas e implicações teóricas bem delimitadas. A respeito do comportamento e das características formais desses indicadores, assinale a alternativa correta.
- (A) O índice ideal de Fisher é calculado pela média geométrica dos índices de Laspeyres e de Paasche e satisfaz simultaneamente os testes da reversão do tempo e da reversão dos fatores.
- (B) O teste da reversão dos fatores é satisfeito quando o produto de um índice de preços pelo seu correspondente índice de quantidades resulta na variação do valor total gasto entre os períodos analisados, propriedade que é atendida de forma isolada pelo índice de preços de Laspeyres.
- (C) O índice de quantidades de Paasche baseia-se em uma ponderação fixa estruturada nos preços do período inicial, o que impede a incorporação de mudanças na estrutura de preços relativos ocorridas ao longo do tempo.
- (D) O índice de preços de Laspeyres tende a subestimar a variação real do custo de vida diante de processos inflacionários porque ignora a propensão do consumidor para substituir bens cujos preços relativos aumentaram.
- (E) O índice de preços de Paasche atende plenamente ao teste da reversão do tempo, propriedade matemática segundo a qual o produto do índice do período atual (com base no período anterior) pelo índice do período anterior (com base no atual) deve ser igual à unidade.
- 34.** A respeito das funções da moeda, dos agregados monetários e dos conceitos de meios de pagamento e base monetária, assinale a alternativa correta.
- (A) As criptomoedas exercem as funções de moeda e integram os meios de pagamento em sentido restrito (M1) do sistema financeiro.
- (B) A Teoria Quantitativa da Moeda estabelece que aumentos na oferta monetária reduzem proporcionalmente a velocidade de circulação da moeda, mantendo o nível geral de preços estável no longo prazo.
- (C) A moeda fiduciária desempenha a função de unidade de conta ao servir como medida comum de valor para precificar bens e serviços na economia.
- (D) O agregado monetário M2 é formado pelos meios de pagamento em sentido restrito (M1) e pelos títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional.
- (E) A base monetária é composta pelo papel-moeda em circulação no setor público não bancário e pelos depósitos à vista mantidos pelo público nos bancos comerciais.
- 35.** Considere uma economia cuja dinâmica inflacionária seja descrita pela seguinte Curva de Phillips aumentada pelas expectativas:
- $$\pi_t = \pi_{t-1} - \lambda(\mu_t - \mu_n) + \varepsilon_t \text{ para } \lambda > 0$$
- em que π_t representa a taxa de inflação; μ_t a taxa de desemprego; μ_n a taxa natural de desemprego e ε_t um choque de oferta.
- Com base no modelo apresentado, assinale a alternativa correta.
- (A) A existência de expectativas adaptativas implica que políticas expansionistas conseguem manter indefinidamente o desemprego abaixo da taxa natural sem aceleração da inflação.
- (B) Se $\mu_t = \mu_n$ e $\varepsilon_t = 0$, a inflação converge imediatamente para zero, independentemente da inflação observada no período anterior.
- (C) Na ausência de choques de oferta, a manutenção da taxa de desemprego abaixo da taxa natural provoca aceleração da inflação, ao passo que, quando $\mu_t = \mu_n$, a inflação tende a permanecer constante.
- (D) Um choque adverso de oferta reduz a inflação e desloca a Curva de Phillips de curto prazo para baixo.
- (E) Na ausência de choques de oferta, a inflação permanecerá constante sempre que a taxa de desemprego for mantida constante, ainda que em nível inferior à taxa natural.

36. No âmbito das relações econômicas internacionais, do Balanço de Pagamentos e das teorias de determinação da taxa de câmbio e paridades de juros, assinale a alternativa correta.

- (A) De acordo com o Manual de Balanço de Pagamentos do FMI (BPM6), a variação de reservas internacionais do Banco Central é contabilizada na Conta de Capital, enquanto as remessas de lucros e dividendos por empresas multinacionais situadas no país são registradas como transferências unilaterais na Conta Financeira.
- (B) Sob a condição da Paridade Descoberta da Taxa de Juros, se a taxa de juros nominal doméstica for estritamente maior que a taxa de juros nominal estrangeira (para ativos de risco equivalente), o mercado espera uma apreciação nominal da moeda doméstica no futuro.
- (C) De acordo com a Paridade do Poder de Compra (PPC) absoluta, a taxa de câmbio nominal entre duas moedas deve ser sempre igual a 1, independentemente do nível relativo de preços vigentes nos dois países.
- (D) O efeito Curva J descreve a situação na qual uma depreciação da moeda local melhora imediatamente o saldo da balança comercial no curto prazo, deteriorando-o no longo prazo à medida que os contratos de importação e exportação são renegociados.
- (E) A condição de Marshall-Lerner estabelece que, mantidas as demais condições do modelo, uma desvalorização cambial real melhora o saldo da balança comercial quando a soma dos valores absolutos das elasticidades-preço das demandas por exportações e importações for superior à unidade.

37. Em uma economia aberta operando de acordo com o modelo Mundell-Fleming, considere a eficácia das políticas monetária e fiscal e os mecanismos de ajuste do balanço de pagamentos sob diferentes regimes cambiais e graus de mobilidade de capital.

Com base na teoria macroeconômica, assinale a alternativa correta.

- (A) O mecanismo automático de ajuste do balanço de pagamentos sob câmbio fixo e sem esterilização opera via variação de reservas, ou seja, um déficit no balanço de pagamentos expande a base monetária doméstica, reduzindo a taxa de juros e restaurando o equilíbrio externo.
- (B) Sob câmbio flutuante e perfeita mobilidade de capitais, uma política monetária expansionista é eficaz para elevar o produto doméstico, pois a redução inicial da taxa de juros induz uma saída de capitais, deprecia a moeda nacional e expande as exportações líquidas.
- (C) Sob câmbio fixo e perfeita mobilidade de capitais, a política fiscal é totalmente ineficaz para alterar o nível do produto, pois o Banco Central precisa expandir a oferta de moeda para impedir a apreciação cambial, gerando um efeito *crowding-out* total sobre o investimento privado.
- (D) No regime de câmbio flutuante com perfeita mobilidade de capitais, uma política fiscal expansionista desloca a curva IS para a direita e promove um forte aumento do produto, sendo acompanhada por uma apreciação nominal da moeda que reforça o saldo da balança comercial.
- (E) A política monetária expansionista torna-se eficaz para aumentar o nível de atividade quando mobilidade dos fluxos de capital é imperfeita.

38. Considere uma economia descrita pelo Modelo Clássico na qual a função de produção agregada é dada por:

$$Y = 100 L^{1/2}$$

em que Y é o produto agregado e L é a quantidade de trabalho empregada. A oferta de trabalho de trabalho das famílias (L^s) é dada por:

$$L^s = 4 w^2$$

em que w representa o salário.

Sabendo que as empresas atuam em mercados perfeitamente competitivos e maximizam lucros, assinale a alternativa que apresenta corretamente o nível de produto de pleno emprego (Y^*) dessa economia.

- (A) $Y^* = 800$
- (B) $Y^* = 2.000$
- (C) $Y^* = 500$
- (D) $Y^* = 1.000$
- (E) $Y^* = 1.250$

39. A determinação do nível de equilíbrio da renda e do emprego constitui um dos pontos centrais de divergência entre a abordagem Clássica e a Keynesiana.

Com base nessas teorias, assinale a alternativa correta.

- (A) No modelo Clássico, a taxa de juros é um fenômeno monetário determinado no mercado de saldos monetários reais, enquanto no modelo Keynesiano a taxa de juros é uma variável real responsável por igualar a poupança agregada ao investimento agregado no mercado de bens.
- (B) De acordo com o pensamento Clássico, o desemprego involuntário surge devido à deficiência continuada de demanda agregada de curto prazo, devendo o governo intervir por meio de políticas fiscais expansionistas para restaurar o pleno emprego.
- (C) No modelo Keynesiano, a moeda é estritamente neutra no curto prazo devido à flexibilidade de preços e salários nominais, o que garante que variações na oferta de moeda afetem as variáveis nominais sem alterar o produto real.
- (D) Na visão Clássica, um aumento dos gastos do governo financiado por emissão de títulos eleva permanentemente o produto e o emprego de equilíbrio, sem provocar qualquer efeito *crowding-out* sobre o consumo ou sobre o investimento privado.
- (E) No modelo Clássico, a Lei de Say assegura a plena utilização dos recursos no longo prazo, fazendo com que a Curva de Oferta Agregada seja perfeitamente inelástica em relação ao nível geral de preços. No modelo Keynesiano simples, com rigidez de preços e salários nominalmente fixos no curto prazo e supondo a existência de capacidade ociosa, o produto é determinado exclusivamente pela demanda agregada.

40. Considere uma economia fechada no curto prazo, cujas equações do lado real e monetário são dadas por:

Consumo das famílias: $C = 100 + 0,8 Y_d$, em que $Y_d = Y - T$

Tributos: $T = 100$

Investimento privado: $I = 200 - 10i$

Gastos iniciais do governo: $G_1 = 200$

Demanda por moeda: $L(Y, i) = 0,2Y - 10i$

Oferta real de moeda: $M/P = 300$

(Nota: a taxa de juros i está expressa em pontos percentuais, por exemplo, $i = 6$ representa 6%).

Suponha que o governo decida implementar uma política fiscal expansionista, aumentando os seus gastos de $G_1 = 200$ para $G_2 = 300$.

Com base no Modelo IS-LM, o aumento dos gastos públicos provoca, entre os dois equilíbrios, uma redução de

- (A) 35 unidades no investimento privado.
- (B) 100 unidades no investimento privado.
- (C) 50 unidades no investimento privado.
- (D) 70 unidades no investimento privado.
- (E) 20 unidades no investimento privado.

41. No contexto do Modelo IS-LM para uma economia fechada, a inclinação das curvas IS e LM determina a eficácia relativa das políticas fiscal e monetária. Considerando os casos especiais decorrentes de sensibilidades extremas do investimento e da demanda por moeda em relação à variação na taxa de juros, assinale a alternativa correta.

- (A) Quando o investimento privado é totalmente insensível à variação na taxa de juros, a curva IS é vertical, situação na qual a política fiscal altera o nível de produto, enquanto a política monetária modifica a taxa de juros sem afetar o nível de atividade econômica.
- (B) No caso clássico, no qual a demanda por moeda é infinitamente elástica em relação à variação na taxa de juros, a curva LM é vertical, resultando na ineficácia total da política fiscal para alterar o nível de produto de equilíbrio.
- (C) Se a demanda por investimento for perfeitamente elástica em relação à variação na taxa de juros, a curva IS torna-se vertical, de modo que variações na oferta de moeda afetam exclusivamente o nível de produto, mantendo a taxa de juros inalterada.
- (D) Na armadilha da liquidez, caracterizada por uma curva LM horizontal devido à extrema sensibilidade da demanda por moeda em relação à variação na taxa de juros, a política fiscal é totalmente ineficaz, enquanto a política monetária atinge eficácia máxima para expandir o nível de produto.
- (E) Em uma economia na qual a demanda por moeda não responde à variação na taxa de juros, a curva LM é horizontal, o que implica que uma expansão fiscal provoca um deslocamento completo do investimento privado.

42. Considere um modelo keynesiano simples para uma economia fechada na qual a função consumo agregada é dada por $C = C_0 + c Y_d$, em que C_0 é o consumo autônomo, c é a propensão marginal a consumir ($0 < c < 1$) e Y_d é a renda disponível. Os tributos totais arrecadados pelo governo dependem do nível de renda segundo a equação $T = T_0 + t Y$, em que T_0 representa os tributos autônomos e t é a alíquota marginal de tributação sobre a renda ($0 < t < 1$).

Com base nas derivações algébricas da determinação da renda de equilíbrio, assinale a alternativa correta.

- (A) O multiplicador dos gastos públicos em relação ao produto é dado algebricamente por $\frac{1}{(1 - c + t)}$ sendo estritamente maior do que o multiplicador obtido na ausência de tributação proporcional sobre a renda.
- (B) Sob tributação proporcional t sobre a renda, o aumento concomitante nos gastos públicos e nos tributos autônomos na mesma proporção eleva o produto de equilíbrio exatamente pelo valor da variação nos gastos, resultando num multiplicador do orçamento equilibrado igual a 1.
- (C) A introdução da alíquota proporcional de tributação t eleva o valor do multiplicador keynesiano, tornando o produto de equilíbrio mais sensível a variações em qualquer componente autônomo da demanda agregada.
- (D) O multiplicador dos tributos autônomos é expresso algebricamente por $\frac{-1}{[1 - c(1 - t)]}$, indicando que uma elevação em T_0 reduz a renda disponível e o produto na mesma proporção que uma redução de igual valor nos gastos públicos.
- (E) O multiplicador das transferências governamentais em relação ao produto é expresso por $\frac{c}{[1 - c(1 - t)]}$, apresentando impacto sobre o produto de equilíbrio inferior ao multiplicador dos gastos públicos de mesma magnitude.

43. A forma como o financiamento das despesas públicas, via tributação corrente ou via emissão de dívida, afeta a demanda agregada e o consumo é tema de intenso debate macroeconômico entre as escolas de pensamento.

A respeito das hipóteses e divergências entre a Equivalência Ricardiana e a visão Keynesiana tradicional, assinale a alternativa correta.

- (A) Sob a perspectiva keynesiana, os agentes econômicos são caracterizados por possuírem horizonte temporal infinito e expectativas racionais perfeitas, o que garante a neutralidade do déficit público no curto prazo.
- (B) Na abordagem ricardiana, para uma mesma expansão dos gastos públicos, a escolha entre financiamento por dívida pública e por impostos correntes não altera o efeito sobre a demanda agregada.
- (C) Em um cenário no qual a maioria das famílias consome estritamente com base na renda disponível corrente, a substituição de impostos por dívida pública não altera a taxa de poupança privada nem o nível de atividade econômica.
- (D) De acordo com a visão keynesiana tradicional, uma redução de impostos financiada por emissão de dívida é neutra quanto ao impacto na demanda agregada, pois as famílias poupam a renda disponível adicional antecipando os impostos futuros.
- (E) A Equivalência Ricardiana assume que os indivíduos são míopes em relação ao futuro e que a taxa de juros praticada pelo governo para endividamento é estritamente superior à taxa de empréstimo enfrentada pelas famílias.
44. Assinale a alternativa correta sobre as assertivas de economia internacional listadas a seguir.
- (A) Em um regime de câmbio fixo, a manutenção da taxa de câmbio nominal é condição suficiente para assegurar que a inflação doméstica seja igual à internacional, qualquer que seja a política econômica adotada.
- (B) Pela Paridade Descoberta da Taxa de Juros, ativos denominados em moedas distintas devem apresentar taxas nominais de juros idênticas quando não houver risco de crédito.
- (C) De acordo com a Paridade do Poder de Compra relativa, a taxa de câmbio real permanece constante quando a variação da taxa de câmbio nominal compensa o diferencial entre a inflação doméstica e a inflação externa.
- (D) A adoção de controles de capitais elimina a restrição imposta pela trindade impossível, permitindo que um país mantenha simultaneamente câmbio fixo, plena mobilidade de capitais e política monetária autônoma.
- (E) A Paridade do Poder de Compra absoluta estabelece que a taxa de câmbio real deve permanecer constante ao longo do tempo, ainda que seu valor seja diferente da unidade.

45. Considere uma economia descrita pelo seguinte modelo macroeconômico simplificado:

$$Y - Y^* = \alpha (P - P^e), \alpha > 0$$

$$Y = M - P$$

em que:

Y : é o produto real;

Y^* : é o produto potencial;

P : é o nível geral de preços;

P^e : é o nível geral de preços esperado pelos agentes;

M : é a oferta nominal de moeda.

Admita que a economia se encontre inicialmente em equilíbrio de longo prazo e que os agentes formem expectativas racionais.

Com base no modelo apresentado, assinale a alternativa correta.

- (A) Expansões monetárias plenamente antecipadas permitem manter indefinidamente o produto acima do nível potencial, desde que a oferta nominal de moeda cresça a uma taxa constante.
 - (B) Uma expansão monetária plenamente antecipada eleva permanentemente o produto acima do nível potencial, pois o aumento da oferta nominal de moeda reduz o salário real.
 - (C) Uma expansão monetária não antecipada eleva o nível geral de preços, mas não afeta o produto real, pois a oferta agregada é vertical também no curto prazo.
 - (D) Uma expansão monetária não antecipada pode elevar temporariamente o produto acima do nível potencial, pois o nível geral de preços observado supera o nível esperado pelos agentes.
 - (E) Uma expansão monetária plenamente antecipada não altera o produto real nem o nível geral de preços, pois os agentes ajustam integralmente suas expectativas.
46. A respeito das funções clássicas do setor público na economia, assinale a alternativa correta.
- (A) A presença de falhas de mercado, como a existência de bens públicos e externalidades, justifica a atuação do Estado no cumprimento de sua função alocativa.
 - (B) O fornecimento de serviços essenciais não exclusivos, como a defesa nacional e a iluminação pública, constitui um exemplo típico da função distributiva.
 - (C) A aplicação de políticas fiscais anticíclicas para conter a inflação e manter o pleno emprego caracteriza o exercício da função alocativa do governo.
 - (D) A função estabilizadora busca corrigir a oferta de bens meritórios e monopolísticos para garantir a eficiência paretiana no mercado.
 - (E) A função alocativa destina-se a promover ajustes na distribuição de renda e riqueza da sociedade por meio de transferências e impostos progressivos.

47. A respeito da classificação dos bens no âmbito da teoria das finanças públicas e da economia do setor público, assinale a alternativa correta.

- (A) Os bens meritórios são exclusivamente fornecidos pelo Estado devido à ausência total de rivalidade e de possibilidade de exclusão em seu consumo.
- (B) Os bens públicos puros caracterizam-se por apresentar rivalidade no consumo e possibilidade de exclusão pelo mecanismo de preços.
- (C) O problema do carona ocorre predominantemente na provisão de bens privados puros, pois os indivíduos não revelam suas preferências no mercado livre.
- (D) A defesa nacional e a segurança pública são classificadas como bens privados disponíveis, pois o seu usufruto é individualizável e perfeitamente mensurável por cidadão.
- (E) Bens semipúblicos (ou mistos), como educação e saúde, apresentam características de bens privados, mas geram externalidades positivas significativas, justificando o provimento estatal.

48. A Curva de Laffer representa a relação entre a alíquota de tributação e a receita tributária do governo, considerando que o aumento da alíquota pode reduzir a base sobre a qual incide o tributo.

Considere uma economia em que o governo tributa a renda do trabalho mediante uma alíquota *ad valorem* t , em que $0 \leq t \leq 1$. A oferta de trabalho é dada por: $L = 10 w_1$, em que w_1 representa o salário líquido por hora recebido pelo trabalhador. O salário bruto por hora é fixado em R\$ 10,00, e o salário líquido corresponde ao salário bruto descontado do imposto. A receita tributária total do governo é dada pelo produto entre a alíquota do imposto, o salário bruto e a quantidade de trabalho ofertada.

Com base nessas informações, assinale a alternativa que apresenta, respectivamente, a alíquota correspondente ao ponto de máxima arrecadação da Curva de Laffer e o valor da receita tributária máxima.

- (A) 40% e R\$ 240,00.
- (B) 60% e R\$ 240,00.
- (C) 50% e R\$ 250,00.
- (D) 25% e R\$ 187,50.
- (E) 75% e R\$ 187,50.

49. Em determinado exercício financeiro, o setor público apresentou as seguintes informações fiscais (em bilhões de reais):

ITEM	VALOR (R\$)
Receita tributária	650
Receitas de contribuições sociais	140
Receitas de concessões e permissões	30
Receitas de aplicações financeiras	20
Alienação de bens públicos	50
Despesas correntes (exclusive juros)	740
Investimentos públicos	100
Inversões financeiras	20
Despesas nominais com juros da dívida pública	90
Amortização da dívida pública	110

Considerando as definições usuais de resultado primário e resultado nominal adotadas na análise das contas públicas, assinale a alternativa que apresenta, respectivamente, o déficit primário e o déficit nominal.

- (A) R\$ 20 bilhões e R\$ 90 bilhões.
- (B) R\$ 90 bilhões e R\$ 180 bilhões.
- (C) R\$ 70 bilhões e R\$ 160 bilhões.
- (D) R\$ 70 bilhões e R\$ 90 bilhões.
- (E) R\$ 20 bilhões e R\$ 110 bilhões.

50. Durante a execução do orçamento de determinado ente federativo, ocorreram as seguintes situações:

- I. verificou-se que a dotação orçamentária destinada à manutenção da rede estadual de hospitais tornou-se insuficiente para suportar todas as despesas previstas até o final do exercício;
- II. após a aprovação da Lei Orçamentária Anual, foi criada, por lei, uma nova política pública de incentivo à inovação tecnológica, sem que houvesse dotação orçamentária específica para sua execução;
- III. em razão de uma calamidade pública decorrente de fortes enchentes, tornou-se necessária a realização imediata de despesas emergenciais para assistência à população atingida.

Considerando as disposições da Constituição Federal aplicáveis à matéria, assinale a alternativa que indica, respectivamente, o crédito adicional adequado para as situações I, II e III.

- (A) Crédito especial; crédito extraordinário; crédito suplementar.
- (B) Crédito suplementar; crédito especial; crédito extraordinário.
- (C) Crédito extraordinário; crédito suplementar; crédito especial.
- (D) Crédito especial; crédito suplementar; crédito extraordinário.
- (E) Crédito suplementar; crédito extraordinário; crédito especial.

51. Considere o seguinte cenário hipotético apresentado em um debate sobre reforma tributária. Um país estuda alterar a cobrança do seu imposto de renda. O economista A propõe uma alíquota única (*flat tax*) de 20% para todos os indivíduos, independentemente do nível de rendimento, acompanhada de uma isenção básica igual ao mínimo de subsistência. O economista B defende que a tributação deve ser progressiva, aplicável sobre faixas crescentes de renda, sob o argumento de que a utilidade marginal da renda é decrescente e que o sacrifício de bem-estar imposto aos mais ricos deve ser proporcionalmente calibrado. Por fim, o economista C sugere substituir parte dos impostos diretos por uma taxa cobrada diretamente pela utilização e manutenção das rodovias e infraestruturas públicas regionais, proporcional ao uso individual.

Analisando a situação descrita sob a ótica da teoria das finanças públicas e dos princípios de tributação e equidade, assinale a alternativa correta.

- (A) O modelo de taxa única defendido pelo economista A garante neutralidade tributária absoluta, uma vez que elimina a perda involuntária de bem-estar (peso morto) nas decisões de oferta de trabalho dos indivíduos.
- (B) O economista C adota como premissa o princípio da capacidade de pagamento, visto que a tarifa de utilização das infraestruturas públicas incide sobre a riqueza acumulada dos utilizadores do sistema.
- (C) A proposição do economista B fundamenta-se no princípio da capacidade contributiva e na busca pela equidade vertical, utilizando o conceito de utilidade marginal decrescente para justificar a alíquota progressiva.
- (D) A proposta do economista A viola o princípio da equidade horizontal, pois impõe a mesma alíquota a agentes em diferentes faixas de renda, resultando na ausência de qualquer efeito progressivo sobre a renda líquida.
- (E) A equidade vertical exige que agentes com o mesmo nível de renda arquem com custos tributários idênticos, o que invalida teoricamente as propostas dos economistas A e B.

52. Sobre as explicações para o comportamento do gasto público no mundo assinale a alternativa correta.

- (A) O envelhecimento populacional resultante da transição demográfica atua como um fator de redução das despesas públicas obrigatórias, liberando recursos fiscais para investimentos em infraestrutura e transição energética.
- (B) A hipótese do “Efeito Deslocamento” de Peacock e Wiseman sustenta que o gasto público cresce de forma contínua e suave ao longo do tempo, sem alterações estruturais decorrentes de choques exógenos como guerras ou crises econômicas.
- (C) A Lei de Wagner estabelece que o crescimento da renda per capita conduz a uma diminuição relativa do tamanho do setor público, visto que os bens públicos são classificados como bens inferiores na teoria microeconômica.
- (D) A expansão dos gastos públicos observada em resposta à crise financeira de 2008 e à pandemia de covid-19 decorreu exclusivamente do cumprimento automático de regras fiscais de longo prazo, sem o uso de medidas contracíclicas ou intervenções emergenciais discricionárias.
- (E) Segundo a hipótese da “Doença de Custos” de Baumol, o custo relativo da provisão de serviços públicos tende a crescer acima do índice geral de preços, porque o setor público apresenta ganhos de produtividade historicamente mais lentos do que o setor industrial, precisando, contudo, acompanhar a evolução salarial da economia para reter profissionais.

53. A respeito dos princípios de tributação, das relações entre eficiência e equidade e de aspectos do sistema tributário, assinale a alternativa correta.

- (A) A substituição de impostos sobre o valor adicionado (IVA) por tributos incidentes em cascata sobre o faturamento bruto é recomendada pela teoria da tributação moderna para promover a neutralidade alocativa e incentivar a integração vertical das empresas.
- (B) O princípio do benefício prescreve que a tributação deve ser progressiva segundo a capacidade contributiva total do indivíduo, desvinculando a cobrança dos serviços públicos consumidos pelo contribuinte.
- (C) Sob a perspectiva da eficiência econômica, a estrutura tributária deve priorizar a incidência sobre bases cuja tributação provoque maiores alterações nas decisões de consumo, trabalho e investimento, pois essas alterações reduzem o peso morto associado à tributação.
- (D) O princípio da equidade horizontal estabelece que contribuintes em condições econômicas semelhantes devem receber tratamento tributário semelhante, enquanto a equidade vertical pressupõe tratamento diferenciado entre contribuintes com distintas capacidades contributivas.
- (E) A curva de Laffer demonstra que aumentos nas alíquotas de tributação provocam reduções contínuas na arrecadação governamental total, independentemente do patamar inicial da alíquota na economia.

54. Sobre a evolução das teorias de federalismo fiscal, a divisão de funções entre esferas de governo e os mecanismos de descentralização e transferências intergovernamentais, assinale a alternativa correta.

- (A) Segundo o Teorema da Descentralização de Oates, na ausência de economias de escala relevantes e de externalidades interjurisdicionais, a provisão descentralizada de bens públicos locais por governos subnacionais proporciona um nível de bem-estar social superior ou no mínimo igual ao de uma provisão centralizada uniforme.
- (B) De acordo com a teoria tradicional do federalismo fiscal (Musgrave-Oates), as funções de estabilização macroeconômica e de redistribuição de renda devem ser atribuídas aos governos locais, reservando ao governo central apenas a função alocativa de bens públicos puros.
- (C) A hipótese da “Competição de Tiebout” demonstra que a mobilidade dos cidadãos entre diferentes jurisdições subnacionais gera ineficiência alocativa na oferta de bens públicos, inviabilizando a revelação das preferências individuais de consumo por serviços locais.
- (D) O “efeito flypaper” refere-se ao fenômeno econômico em que uma transferência incondicional concedida pelo governo central a um governo local estimula o gasto público local na proporção exata de um aumento equivalente na renda privada dos municípios.
- (E) As transferências intergovernamentais do tipo compensatórias (equilíbrio fiscal vertical e horizontal) visam eliminar a autonomia orçamentária dos entes subnacionais, exigindo a uniformização das alíquotas tributárias locais.

55. Durante a década de 1990, o Brasil promoveu um amplo processo de reforma do Estado, caracterizado pela redefinição de seu papel na economia. Em diversos setores de infraestrutura, a prestação direta de serviços públicos foi substituída por modelos de concessão e de maior participação da iniciativa privada, ao mesmo tempo em que foram instituídas agências reguladoras com o propósito de conferir maior estabilidade institucional, previsibilidade regulatória e eficiência econômica.

À luz da teoria econômica da regulação e da experiência brasileira, assinale a alternativa correta.

- (A) A regulação baseada na taxa de retorno tende a proporcionar incentivos mais intensos à redução de custos e aos ganhos de produtividade do que a regulação por incentivos do tipo *price cap*.
- (B) A existência de monopólios naturais, economias de escala e assimetrias de informação constitui um dos principais fundamentos econômicos para a atuação regulatória do Estado em determinados mercados.
- (C) A criação das primeiras agências reguladoras federais marcou a transferência das atribuições de formulação, implementação e fiscalização das políticas públicas setoriais dos ministérios para entidades dotadas de maior autonomia administrativa.
- (D) A adoção de mecanismos regulatórios baseados em incentivos elimina os problemas decorrentes da assimetria de informações entre regulador e regulado.
- (E) A criação das agências reguladoras concentrou nessas entidades as competências de promoção e defesa da concorrência anteriormente exercidas pelos órgãos antitruste.

56. A partir do final da década de 1990, o Brasil passou a adotar metas fiscais como elemento central da condução da política fiscal. Desde então, o regime fiscal brasileiro sofreu sucessivas alterações institucionais, coexistindo períodos de cumprimento e de descumprimento das metas fiscais, bem como mudanças nos instrumentos destinados à promoção da sustentabilidade das contas públicas.

À luz da evolução das metas fiscais no Brasil e das disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a alternativa correta.

- (A) A consolidação das regras fiscais tornou incompatível a utilização da política fiscal como instrumento de estabilização macroeconômica, pois o cumprimento das metas passou a prevalecer sobre os objetivos de suavização do ciclo econômico.
- (B) A recorrência de episódios de descumprimento das metas fiscais levou à perda de relevância das metas de resultado fiscal, que passaram a desempenhar papel secundário em relação às regras de controle da despesa pública.
- (C) A evolução das regras fiscais brasileiras caracterizou-se pela substituição gradual das metas de resultado fiscal por regras de controle da despesa pública, refletindo a mudança do principal instrumento de avaliação da política fiscal.
- (D) A Lei de Responsabilidade Fiscal reforçou o planejamento e a transparência da gestão fiscal ao estabelecer que a Lei de Diretrizes Orçamentárias disponha sobre as metas anuais de resultado primário e de resultado nominal.
- (E) A adoção de metas para o resultado primário decorreu da preocupação com a sustentabilidade da dívida pública, razão pela qual o seu cumprimento passou a assegurar a estabilidade da relação dívida/PIB no longo prazo.

57. Sobre os conceitos fundamentais da teoria das probabilidades, axiomas e propriedades de variáveis aleatórias, assinale a alternativa correta.

- (A) Se dois eventos A e B são tais que $P(A|B) = P(A)$ com $P(A) > 0$ e $P(B) > 0$, então a probabilidade condicional $P(B|A)$ é igual a zero.
- (B) Para duas variáveis aleatórias X e Y com variâncias finitas, a variância da soma $\text{Var}(X + Y)$ é maior do que a soma das variâncias $\text{Var}(X) + \text{Var}(Y)$ quando a covariância entre elas for estritamente negativa.
- (C) A esperança matemática de uma função não linear $g(X)$ de uma variável aleatória X é sempre idêntica a $g(E[X])$.
- (D) Se dois eventos A e B possuem probabilidades estritamente positivas e são mutuamente exclusivos, eles são obrigatoriamente independentes.
- (E) De acordo com os axiomas e teoremas fundamentais da probabilidade, a probabilidade da união de dois eventos quaisquer A e B é igual a $P(A) + P(B) - P(A \cap B)$.

58. Sejam X e Y duas variáveis aleatórias com as seguintes propriedades populacionais: Esperança de X : $E[X] = 10$ Esperança de Y : $E[Y] = 5$ Variância de X : $\text{Var}(X) = 16$ Variância de Y : $\text{Var}(Y) = 9$ Covariância entre X e Y : $\text{Cov}(X, Y) = -4$. Considere a nova variável aleatória Z dada pela combinação linear $Z = 2X - 3Y + 5$.

Assinale a alternativa que apresenta, correta e respectivamente, os valores da esperança matemática $E[Z]$ e da variância $\text{Var}(Z)$.

- (A) $E[Z] = 20$ e $\text{Var}(Z) = 64$
- (B) $E[Z] = 10$ e $\text{Var}(Z) = 193$
- (C) $E[Z] = 10$ e $\text{Var}(Z) = 97$
- (D) $E[Z] = 5$ e $\text{Var}(Z) = 145$
- (E) $E[Z] = 15$ e $\text{Var}(Z) = 193$

59. Seja X uma variável aleatória contínua cuja função densidade de probabilidade é definida por:

$$f(x) = kx^2, \text{ para } 0 \leq x \leq 3,$$

$$f(x) = 0, \text{ caso contrário,}$$

em que k é uma constante real positiva.

Com base nessas informações, assinale a alternativa que apresenta corretamente a probabilidade de a variável aleatória assumir valor superior a 1, condicionado ao evento de que $X < 2$.

- (A) $26/27$
- (B) $5/8$
- (C) $7/8$
- (D) $8/9$
- (E) $1/7$

60. A tabela a seguir apresenta a distribuição de frequências absolutas dos salários mensais de um grupo de funcionários de uma empresa, agrupados em classes de rendimento (em centenas de reais):

Intervalo de Classe (R\$)	Frequência Absoluta (f_i)
(10, 20)	4
(20, 30)	8
(30, 40)	f_3
(40, 50)	5
(50, 60)	3

Sabendo que a média aritmética ponderada dos salários, calculada estritamente a partir dos pontos médios de cada intervalo de classe, é igual a 33 (em centenas de reais), o valor da frequência absoluta f_3 da terceira classe (30, 40) é igual a

- (A) 7.
- (B) 5.
- (C) 6.
- (D) 3.
- (E) 4.

61. Considere o modelo de regressão linear múltipla

$$y = X\beta + \varepsilon$$

em que a matriz de regressores satisfaz

$$X'X = \begin{pmatrix} 5 & 2 \\ 2 & 3 \end{pmatrix}$$

onde X' é a matriz transposta de X .

À luz do método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), assinale a alternativa correta.

- (A) O determinante de $X'X$ é igual a 11, de modo que essa matriz é inversível.
- (B) A matriz $X'X$ não admite inversa, razão pela qual o estimador de MQO não pode ser obtido.
- (C) A matriz $X'X$ é antissimétrica, pois possui elementos não nulos fora da diagonal principal.
- (D) O estimador de MQO é dado por: $\beta_{\text{estimado}} = X'X(X'X)^{-1}X'y$.
- (E) A presença de elementos não nulos fora da diagonal principal de $X'X$ implica, necessariamente, multicolinearidade perfeita entre os regressores.

62. Um pesquisador estimou, por Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), dois modelos para explicar o gasto anual per capita em saúde (Y), utilizando uma amostra de 150 municípios.

Modelo I				
Variável	Coefficiente	Erro-padrão	Estatística t	p-valor
Constante	48,5	10,2	4,75	<0,001
Renda per capita	0,82	0,15	5,47	<0,001
$R^2 = 0,58$				
R^2 ajustado = 0,57				
Estatística F = 29,9 (p < 0,001)				

Modelo II				
Variável	Coefficiente	Erro-padrão	Estatística t	p-valor
Constante	31,4	11,0	2,85	0,005
Renda per capita	0,64	0,16	4,00	<0,001
População idosa (%)	3,20	1,05	3,05	0,003
$R^2 = 0,67$				
R^2 ajustado = 0,66				
Estatística F = 49,2 (p < 0,001)				

Com base exclusivamente nas informações apresentadas, assinale a alternativa correta.

- (A) O aumento do coeficiente de determinação (R^2) demonstra que a inclusão da variável “população idosa” estabelece relação causal entre envelhecimento populacional e gasto em saúde.
- (B) A redução do coeficiente estimado para a variável renda demonstra que ela deixou de influenciar estatisticamente o gasto em saúde.
- (C) O Modelo II apresenta maior capacidade explicativa da variação amostral da variável dependente, e ambas as variáveis explicativas se mostraram estatisticamente significativas ao nível de 5%.
- (D) O Modelo I deve ser preferido porque apresenta coeficiente da variável renda superior ao observado no Modelo II.
- (E) O aumento da estatística F entre os modelos implica que todos os coeficientes individuais do Modelo II são estatisticamente diferentes de zero.
63. Dois economistas de um Tribunal de Contas analisaram, de forma independente, os resultados de uma auditoria destinada a verificar se um programa estadual reduziu o tempo médio de tramitação de processos administrativos. Ambos utilizaram os mesmos dados, o mesmo procedimento estatístico e formularam as seguintes hipóteses:

$$H_0: \mu = \mu_0$$

$$H_1: \mu < \mu_0$$

Adotando nível de significância de 5%, o teste produziu p-valor igual a 0,08.

Ao final da análise, os relatórios apresentaram as seguintes conclusões:

- Relatório I: “Como o p-valor é superior ao nível de significância adotado, conclui-se que o programa não produziu efeito.”
- Relatório II: “Como o p-valor é superior ao nível de significância adotado, não há evidências estatísticas suficientes para rejeitar a hipótese nula.”

Com base nos conceitos de testes de hipóteses, assinale a alternativa correta.

- (A) Ambos os relatórios estão corretos, pois não rejeitar a hipótese nula equivale a aceitar sua veracidade.
- (B) Ambos os relatórios estão incorretos, pois um p-valor igual a 0,08 indica que existe 8% de probabilidade de a hipótese nula ser verdadeira.
- (C) Ambos os relatórios deveriam rejeitar a hipótese nula, pois o p-valor é inferior a 10%.
- (D) Apenas a conclusão apresentada no Relatório II está correta.
- (E) Apenas a conclusão apresentada no Relatório I está correta.

64. Um economista de um Tribunal de Contas analisou um estudo destinado a avaliar os efeitos da expansão dos investimentos públicos estaduais sobre o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Para isso, foi estimado, por Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), o seguinte modelo:

$$\Delta \text{PIB} = \alpha + \beta \Delta G + \varepsilon,$$

em que:

- ΔPIB representa a taxa de crescimento anual do PIB;
- ΔG representa a taxa de crescimento anual dos investimentos públicos;
- ε : represente um termo de erro aleatório;
- α e β parâmetros estimados do modelo.

Os principais resultados da estimação foram:

Parâmetro	Estimativa	Erro-padrão	Estatística t	p-valor
β	0,42	0,28	1,50	0,14

Adote nível de significância de 5%.

Com base nos resultados obtidos, o autor do estudo concluiu que “os investimentos públicos aumentam o crescimento econômico, pois o coeficiente estimado é positivo.”

À luz da teoria estatística e da interpretação econômica dos resultados, assinale a alternativa correta.

- (A) A conclusão é correta, pois um coeficiente positivo é suficiente para demonstrar que existe efeito estatisticamente significativo.
- (B) O p-valor de 0,14 indica que existe probabilidade de 14% de o coeficiente estimado ser igual a zero.
- (C) O coeficiente estimado demonstra que um aumento de 1% nos investimentos públicos provoca crescimento de 0,42% do PIB.
- (D) O sinal positivo do coeficiente é suficiente para demonstrar a existência de relação causal entre investimentos públicos e crescimento econômico.
- (E) Como o p-valor é superior ao nível de significância adotado, não há evidências estatísticas suficientes para rejeitar a hipótese de que o coeficiente seja igual a zero, não sendo possível confirmar a existência do efeito com base nesse resultado.

65. Durante a elaboração de um relatório de auditoria, um economista de Tribunal de Contas concluiu que determinado programa governamental apresentava baixa eficiência na utilização dos recursos públicos, embora não tivesse identificado irregularidades ou ilegalidades na execução das despesas.

Antes da conclusão dos trabalhos, o gestor responsável pelo programa – que havia sido orientando do economista em curso de pós-graduação anos antes – solicitou acesso antecipado ao relatório, afirmando que pretendia apenas esclarecer aspectos técnicos antes de sua divulgação.

À luz dos princípios da ética no serviço público, assinale a alternativa correta.

- (A) O economista deve disponibilizar o relatório, pois a relação acadêmica anterior afasta qualquer risco de favorecimento pessoal.
- (B) O dever de eficiência recomenda encaminhar previamente o relatório ao gestor, permitindo a correção de eventuais falhas antes da conclusão da auditoria.
- (C) O acesso antecipado pode ser concedido, desde que o gestor assuma compromisso de manter sigilo sobre o conteúdo do relatório.
- (D) O economista deve preservar a imparcialidade, a impessoalidade e o tratamento isonômico dos fiscalizados, evitando conceder acesso privilegiado ao relatório antes dos procedimentos institucionais previstos.
- (E) A inexistência de ilegalidade torna irrelevantes eventuais preocupações relacionadas à imparcialidade e à transparência da atuação do servidor.

DIREITO ADMINISTRATIVO

66. Está sendo redigido um projeto de lei visando autorizar a criação de uma empresa pública no Estado. Tendo em vista o que dispõe a Lei de Responsabilidade das Estatais (Lei nº 13.303/2016), no projeto de lei, deverá haver diretrizes e restrições a serem consideradas na elaboração do estatuto da companhia, em especial sobre
- (A) prazo de gestão dos membros do Conselho Fiscal não superior a 2 (dois) anos, permitidas 2 (duas) reconduções consecutivas.
 - (B) requisitos específicos para o exercício do cargo de diretor, observado o número mínimo de 5 (cinco) diretores.
 - (C) avaliação de desempenho, individual e coletiva, de periodicidade quinquenal, dos administradores e dos membros de comitês.
 - (D) prazo de gestão dos membros do Conselho de Administração e dos indicados para o cargo de diretor, que será unificado e não superior a 2 (dois) anos, sendo permitidas, no máximo, 2 (duas) reconduções consecutivas.
 - (E) constituição e funcionamento do Conselho de Administração, observados o número mínimo de 7 (sete) e o número máximo de 15 (quinze) membros.

67. A constituição de consórcio público deve ser realizada mediante o cumprimento dos seguintes atos, nesta ordem:

- (A) decreto autorizando a subscrição do protocolo de intenções, assinatura do protocolo de intenções, assinatura do contrato de consórcio e ratificação do contrato mediante lei.
- (B) publicação de lei autorizando a celebração do protocolo, assinatura do contrato de consórcio e publicação do contrato na imprensa oficial.
- (C) autorização da assinatura do contrato de convênio mediante lei, decreto autorizando a celebração do contrato e publicação do contrato na imprensa oficial.
- (D) subscrição de protocolo de intenções, publicação do protocolo de intenções na imprensa oficial, ratificação mediante lei e assinatura do contrato de consórcio.
- (E) decreto autorizando a subscrição do protocolo de intenções, assinatura do protocolo de intenções, ratificação do protocolo pelo chefe do Poder Executivo e assinatura do contrato de consórcio.

68. Acerca do Conselho de Administração de uma associação qualificada como organização social, nos termos do que dispõe a Lei nº 9.637/1998, pode-se corretamente afirmar que

- (A) o primeiro mandato de metade dos membros eleitos ou indicados deve ser de quatro anos.
- (B) o Conselho deve reunir-se ordinariamente, no mínimo, três vezes a cada ano e, extraordinariamente, a qualquer tempo.
- (C) deve ser composto por 15 a 30% de representantes do Poder Público.
- (D) os membros eleitos ou indicados para compor o Conselho devem ter mandato de dois anos, admitida uma recondução.
- (E) os conselheiros não devem receber remuneração pelos serviços que, nesta condição, prestarem à organização social, nem mesmo ajuda de custo por reunião da qual participem.

69. O Município Z instaurou procedimento licitatório para a aquisição de *tablets* destinados aos alunos da rede pública de ensino. No Termo de Referência anexo ao edital, constou a indicação expressa da marca do bem a ser adquirido. A justificativa apresentada pelo órgão gestor seria a maior durabilidade, confiabilidade e desempenho do produto em relação às demais opções do mercado.

Acerca do caso hipotético, pode-se corretamente afirmar que

- (A) é regular, desde que a indicação venha acompanhada de ato de ratificação do prefeito municipal, hipótese que supre formalmente a elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP).
- (B) é válida de forma irrestrita, tendo em vista que a restrição de marca é admitida discricionariamente pela Administração quando os bens são destinados a programas sociais de educação.
- (C) enseja obrigatoriamente a contratação direta, uma vez que a preferência por marca específica caracteriza o procedimento licitatório e atrai a hipótese de inexigibilidade de licitação.
- (D) é legal e legítima, em observância ao princípio da eficiência, desde que a autoridade competente ateste, por parecer motivado, a superioridade tecnológica do produto escolhido.
- (E) é irregular, pois a alegação genérica de maior durabilidade e desempenho não justifica o direcionamento, devendo a Administração fixar especificações técnicas objetivas no edital ou admitir produto equivalente.

70. A Administração Pública Estadual tomou ciência de que, no último concurso público para o cargo de professor na rede pública de educação, um membro da banca examinadora teria divulgado o conteúdo da prova de seleção para determinadas pessoas. O concurso foi homologado no mês de agosto de 2022. Acerca da possibilidade de anular o ato administrativo de homologação do concurso, tendo em vista o disposto na Lei do Processo Administrativo Federal (Lei Federal nº 9.784/1999) e na Lei Estadual nº 10.177/1998, considerando eventual controle concentrado de constitucionalidade realizado, pode-se corretamente afirmar que

- (A) eventual anulação deve ser realizada se comprovado prejuízo ao certame, mediante provocação de algum candidato prejudicado, assegurado o contraditório e ampla defesa a todos os envolvidos.
- (B) o prazo para a anulação é de 5 (cinco) anos.
- (C) o prazo para a anulação é de 10 (dez) anos.
- (D) não é mais possível anular o ato administrativo de homologação, tendo em vista o decurso do prazo decadencial de 3 (três) anos.
- (E) a anulação, decorrente de ilegalidade, pode ser feita a qualquer tempo, pois o ato nulo não convalesce pelo decurso do tempo.

71. A pessoa jurídica X, permissionária do serviço público de transporte coletivo urbano de passageiros por meio de ônibus, passou a registrar expressivo e reiterado desequilíbrio econômico no contrato em razão da brusca elevação no preço do combustível, provocada pela eclosão de um conflito armado internacional em região produtora de petróleo. Diante desse cenário, a permissionária requereu formalmente ao Poder Permitente a revisão da tarifa cobrada dos usuários para recompor a equação econômico-financeira do contrato. O pleito, contudo, foi indeferido pela Administração Pública sob o argumento de que a variação de preços de insumos integra o risco do negócio.

Tendo em vista o disposto na Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, pode-se corretamente afirmar que

- (A) a garantia do equilíbrio econômico-financeiro é restrita aos contratos de concessão, não se aplicando à permissão de serviço público dada a sua natureza jurídica precária e unilateral.
- (B) a decisão administrativa é regular, uma vez que a oscilação no valor dos combustíveis é classificada juridicamente como álea ordinária, sendo o risco integralmente assumido pelo delegado do serviço público.
- (C) a negativa do Poder Permitente é ilícita, pois o conflito armado internacional caracteriza evento extraordinário e imprevisível (teoria da imprevisão), assegurando à permissionária o direito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- (D) o reequilíbrio econômico-financeiro por variação de insumos só seria cabível se a elevação do preço do combustível fosse provocada por ato direto e específico do próprio Poder Permitente (fato do príncipe).
- (E) a elevação do custo do combustível autoriza o aumento automático da tarifa pela própria permissionária, independentemente de prévia concordância ou apuração do impacto financeiro pelo Poder Permitente.

72. A pessoa jurídica "Z", por intermédio de seus diretores, praticou ato lesivo contra a Administração Pública ao fraudar o equilíbrio econômico-financeiro de contrato administrativo, conduta tipificada pela Lei nº 12.846/2013. Em razão do ilícito, a pessoa jurídica "Z" foi condenada à sanção de multa correspondente a 10% do seu faturamento bruto. Posteriormente à ocorrência dos fatos, a pessoa jurídica "Z" foi objeto de regular operação societária de incorporação pela pessoa jurídica "X".

Tendo em vista as disposições expressas da Lei nº 12.846/2013 sobre a sucessão e alteração societária, assinale a alternativa correta quanto à responsabilidade da pessoa jurídica "X" (sucessora).

- (A) Fica integralmente extinta a responsabilidade pelo pagamento da multa, uma vez que a sanção administrativa aplicada à incorporada possui caráter pessoal (*intuitu personae*), respondendo apenas os diretores que praticaram o ato.
- (B) Limita-se exclusivamente à obrigação de reparar o dano causado, ficando a pessoa jurídica sucessora isenta do pagamento da multa pecuniária decorrente do ato lesivo praticado pela incorporada.
- (C) Abrange de forma ilimitada o pagamento da multa e a reparação do dano, além de sujeitar a incorporadora às demais sanções administrativas e judiciais previstas na Lei, independentemente da data da operação de incorporação.
- (D) Fica condicionada ao valor do faturamento bruto da própria pessoa jurídica "X" (incorporadora), que responderá subsidiariamente e apenas no caso de insolvência dos diretores causadores do dano.
- (E) É restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido, não lhe sendo aplicáveis as demais sanções decorrentes de atos ocorridos antes da incorporação, salvo comprovada simulação ou fraude.

73. A companhia X, Sociedade de Propósito Específico (SPE), constituída sob a forma de sociedade por ações, atua como parceira privada em contrato de Parceria Público-Privada (PPP) regido pela Lei nº 11.079/2004. Pretendendo transferir seu controle acionário para outra sociedade anônima, a companhia consulta sua assessoria jurídica sobre a viabilidade e os requisitos legais da operação.

Considerando as disposições da Lei nº 11.079/2004 e da Lei nº 8.987/1995, assinale a alternativa correta.

- (A) A transferência do controle da SPE é condicionada à autorização expressa da Administração Pública, devendo a pretendente atender às exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal, além de comprometer-se a cumprir todas as cláusulas do contrato em vigor.
- (B) A transferência do controle acionário da SPE sem a prévia anuência da Administração Pública enseja apenas a aplicação de penalidade pecuniária (multa), mantendo-se hígido o contrato de parceria.
- (C) A transferência do controle societário é livremente permitida entre pessoas jurídicas privadas, bastando a posterior notificação ao Poder Concedente no prazo estipulado contratualmente.
- (D) A alteração do controle acionário da SPE é vedada em qualquer hipótese, visto que os contratos administrativos possuem caráter estritamente pessoal (*intuitu personae*) e insuscetível de modificação subjetiva.
- (E) A concordância da Administração Pública com a transferência do controle extingue as obrigações e garantias do contrato original, exigindo a celebração de novo procedimento licitatório.

74. A diretoria de uma empresa de eletrodomésticos estuda a expansão de sua frota de caminhões. O investimento inicial estimado é de R\$ 3 milhões. Ao descontar os fluxos de caixa projetados para os próximos 5 anos pela Taxa Mínima de Atratividade (TMA) da companhia, o departamento financeiro encontrou um Valor Presente Líquido (VPL) de – R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais negativos).

Com base exclusivamente no critério do VPL e nos conceitos de avaliação de investimentos, assinale a afirmação correta.

- (A) O projeto deve ser rejeitado, pois um VPL negativo indica que o investimento gerará um prejuízo contábil imediato no balanço patrimonial da empresa.
- (B) A decisão, seja ela qual for, não reflete o valor do investimento, pois o valor negativo representa apenas o custo residual dos caminhões ao final do quinto ano.
- (C) O projeto deve ser rejeitado, dado que um VPL negativo sinaliza que a Taxa Interna de Retorno (TIR) do empreendimento superou a taxa de desconto utilizada.
- (D) O projeto deve ser rejeitado, pois o resultado indica que o valor presente das entradas de caixa é insuficiente para recuperar o investimento inicial e remunerar o capital à taxa requerida.
- (E) O projeto deve ser aceito, pois o prejuízo de R\$ 200.000,00 é irrelevante frente ao ganho de imagem institucional com a frota ecológica.

75. Uma empresa apresentou um Lucro Operacional (EBIT) de R\$ 140.000,00 e Despesas Financeiras (juros) de R\$ 35.000,00. Qual é o Grau de Alavancagem Financeira (GAF) dessa empresa?

- (A) 1,10
- (B) 1,00
- (C) 1,15
- (D) 1,33
- (E) 1,25

76. O Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) é a taxa mínima de retorno que uma empresa deve obter em seus investimentos para satisfazer seus acionistas e credores. Assinale a alternativa que descreve corretamente o impacto de uma mudança nas fontes de financiamento sobre esse indicador.

- (A) O aumento do endividamento (capital de terceiros) sempre eleva o WACC, porque os bancos exigem garantias reais que encarecem a operação em comparação ao capital próprio.
- (B) Em níveis moderados de endividamento, a inclusão de capital de terceiros tende a reduzir o WACC devido ao menor custo relativo da dívida e ao benefício fiscal dos juros.
- (C) A alíquota do Imposto de Renda atua reduzindo o custo do capital próprio, uma vez que a distribuição de dividendos gera créditos fiscais dedutíveis para a companhia.
- (D) O WACC deve ser utilizado como taxa de desconto para fluxos de caixa não operacionais, independentemente da proporção de capital próprio e de terceiros adotada na empresa.
- (E) Se uma empresa passar a ser financiada 100% por capital próprio, o seu WACC será nulo (0%), visto que não haverá despesas com juros ou credores a pagar.

77. Na administração pública, existem circunstâncias que exigem atuação para viabilizar propostas em que há necessidade de recursos. Nesse sentido, conforme a Lei nº 4.320/1964, no Título V, estão previstos os créditos adicionais, que são

- (A) autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento, classificados em suplementares, especiais e extraordinários, sendo que os dois primeiros são autorizados por lei, abertos por decreto executivo e dependem da existência de recursos disponíveis e de exposição justificativa.
- (B) autorizações de despesas essenciais e não previstas na Lei de Orçamento, classificados em suplementares, especiais e extraordinários, sendo que os dois últimos são autorizados por lei, abertos por decreto executivo e dependem da existência de recursos disponíveis e de exposição justificativa.
- (C) autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento, classificados em suplementares, especiais e extraordinários, sendo autorizados por lei, abertos por decreto executivo ou medida provisória e independem da existência de recursos disponíveis e de exposição justificativa.
- (D) recursos obtidos junto a cooperativas ou organizações de cooperação internacional para suprir despesas correntes e de capital cujos valores tenham sido subavaliados no orçamento do ente federativo, necessitando de autorização do legislativo e de exposição justificativa.
- (E) recursos obtidos junto a instituições financeiras nacionais ou estrangeiras, para suprir exclusivamente despesas de capital imprescindíveis para o cumprimento do plano de governo e cujos valores tenham sido subavaliados no orçamento do ente federativo, necessitando de exposição justificativa.

78. O Manual de Contabilidade Aplicada ao setor Público (MCASP) evidencia que os Princípios Orçamentários visam a estabelecer diretrizes norteadoras básicas, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência para os processos de elaboração, execução e controle do orçamento público, valem para todos os poderes e entes federativos; sendo que o MCASP contém apenas os princípios orçamentários cuja existência e aplicação derivam de normas jurídicas.

Três desses princípios derivados de normas jurídicas são:

- (1) A LOA de cada ente federado deverá conter todas as receitas e despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
- (2) A LOA não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, exceto a autorização para abertura de crédito suplementar e a contratação de operações de crédito, nos termos da lei.
- (3) Determinação da existência de orçamento único para cada um dos entes federados.

Esses respectivos princípios orçamentários são:

- (A) Universalidade, Totalidade e Exclusividade.
- (B) Exclusividade, Totalidade e Unidade.
- (C) Universalidade, Exclusividade e Totalidade.
- (D) Universalidade, Unidade e Totalidade.
- (E) Totalidade, Exclusividade e Unidade.

79. As receitas orçamentárias, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao setor Público (MCASP), são classificadas por três diferentes critérios, sendo correto afirmar que um deles refere-se a:

- (A) Natureza, cuja identificação por números de código decimal foi concebida pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), tendo tal codificação sofrido uma mudança que se tornou obrigatória em 2023 para que o código passasse de 6 dígitos para 8 dígitos, de modo a permitir a inclusão ao final da especificação de sua utilização, de fundamental importância para fins gerenciais.
- (B) Fonte/Destinação de Recursos, cuja identificação por números de código decimal foi concebida pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), tendo tal codificação sofrido uma mudança que se tornou obrigatória em 2023 para que o código passasse de 6 dígitos para 8 dígitos, de modo a permitir a inclusão ao final da especificação de sua utilização, de fundamental importância para fins gerenciais.
- (C) Natureza, cuja identificação por números de código decimal foi concebida pela Lei nº 4.320/1964, tendo tal codificação sofrido uma mudança que se tornou obrigatória em 2023 para que o código passasse de 6 dígitos para 8 dígitos, de modo a permitir a inclusão ao final da especificação de sua utilização, de fundamental importância para fins gerenciais.
- (D) Fonte/Destinação de Recursos, cuja identificação por números de código decimal foi concebida pela Lei nº 4.320/1964, tendo tal codificação sofrido uma mudança que se tornou obrigatória em 2023 para que o código de 8 dígitos reservasse dois dígitos do código da natureza de receita, referente aos desdobramentos da receita, para a separação dos códigos da União daqueles códigos específicos para os demais entes federados.
- (E) Natureza, cuja identificação por números de código decimal foi concebida pela Lei nº 4.320/1964, tendo tal codificação sofrido uma mudança que se tornou obrigatória em 2023 para que o código de 8 dígitos reservasse dois dígitos do código da natureza de receita, referente aos desdobramentos da receita, para a separação dos códigos da União daqueles códigos específicos para os demais entes federados.

80. O regime de adiantamento, também denominado suprimimento de fundos, é caracterizado por ser um adiantamento de valores a um servidor para futura prestação de contas. É correto afirmar, com base no Manual de Contabilidade Aplicado ao setor Público (MCASP), que o momento da concessão corresponde

- (A) à Liquidação e reconhecimento do direito quando são executados os lançamentos de natureza patrimonial e de controle. No momento do empenho há lançamentos de natureza patrimonial, orçamentária e de controle do mesmo modo que no momento do pagamento. No momento da prestação de contas do saldo utilizado, há apenas lançamento de natureza patrimonial.
- (B) ao Pagamento quando são executados os lançamentos de natureza patrimonial orçamentária e de controle. Já no empenho no momento da liquidação e reconhecimento do direito são executados os lançamentos de natureza orçamentária e de controle, enquanto que no momento da prestação de contas do saldo utilizado há lançamentos de natureza patrimonial e orçamentária.
- (C) ao Empenho e há lançamentos de natureza patrimonial, orçamentária e de controle, e ocorre no momento da liquidação e reconhecimento do direito. Por ocasião do pagamento ao suprido, há apenas lançamento de natureza patrimonial, enquanto que na prestação de contas do saldo utilizado há apenas lançamento de natureza de controle.
- (D) ao Pagamento quando há apenas lançamento de natureza patrimonial. Já no empenho são executados os lançamentos de natureza patrimonial orçamentária e de controle, enquanto que no momento da liquidação e reconhecimento do direito e prestação de contas do saldo utilizado há lançamentos de natureza orçamentária e de controle.
- (E) ao Empenho e não há lançamento de natureza patrimonial, sendo executados os lançamentos de natureza orçamentária e de controle. Tanto no momento da liquidação e reconhecimento do direito como no do pagamento ao suprido há lançamentos de natureza patrimonial, orçamentária e de controle. Na prestação de contas do saldo utilizado há apenas lançamento de natureza patrimonial.

